

O conceito de Resistência entre a memória e a história

JOUGI GUIMARÃES YAMASHITA*

Les Parisiens sous l'Occupation: o tabu em evidência

Na primavera de 2008, uma exposição fotográfica causou enorme polêmica na imprensa francesa e entre políticos parisienses. Nela, os espectadores entravam em contato com uma Paris colorida, ensolarada. Os habitantes da cidade andavam de bicicleta, tomavam sorvete, compravam ingressos para sessões de cinema, passeavam com seus filhos nas praças... enfim, viviam.

Esse foi justamente o motivo do escândalo. Dentre duzentas e setenta fotos, em apenas duas apareciam indivíduos que passeavam com uma estrela dourada costurada na roupa. Talvez só nelas se confirmassem as expectativas de muitos visitantes que entrassem na exposição por conta de seu título chamativo: “*Les Parisiens sous l'Occupation*”.

Onde estariam os tanques e soldados alemães? Por que tanta alegria? E o medo do inimigo? E o rancor pela Ocupação? Um espectador desatento às notícias daqueles meses poderia se fazer essas perguntas ao fim da visita à Biblioteca Histórica da Cidade de Paris. Talvez, inclusive, se revoltasse ao ver, em algumas fotos, alemães e franceses interagindo sem qualquer tensão aparente – como as que mostram soldados alemães negociando com vendedores franceses diversos produtos no mercado de pulgas.

A polêmica começou pelo próprio nome da exposição. Após algumas críticas – inclusive do historiador Jean-Pierre Azéma, que acabou sendo encarregado de escrever o prefácio do livreto de orientação para a exposição, bem como alguns cartazes que seriam colocado ao lado de algumas fotos –, “*Les Parisiens sous l'Occupation*” (Os Parisienses sob a Ocupação) tornou-se “*Des Parisiens sous l'Occupation*” (Parisienses sob a Ocupação)¹. Era importante marcar que não eram “os” parisienses, mas “alguns” parisienses que experimentavam aqueles dias aprazíveis em meio à Segunda Guerra Mundial.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr^a. Denise Rollemberg Cruz. Pesquisa feita através de apoio financeiro do CNPq.

¹ Os sites consultados estão nas referências bibliográficas.

As matérias dos jornais refletiam o constrangimento. O *Le Monde* de 14 de março daquele ano começava a reportagem mencionando: “É uma Paris estranha”. E continuava: “como acreditar que, em 1941, a capital ocupada de um país derrotado pudesse ter aquele ar de férias?”². A solução para esse dilema moral aparecia logo nos parágrafos seguintes. André Zucca, o fotógrafo responsável por essa visão da cidade naqueles tempos sombrios, era colaboracionista. Trabalhava para o jornal colaboracionista *Signal*³. O argumento aparecia como a salvação; limpava a consciência dos franceses.

A exposição causou um dilema também entre políticos parisienses. Chegou-se a discutir o fim da exposição. Por fim, ficou decidido que as fotos continuariam a ser exibidas ao longo do prazo estabelecido pela curadoria da Biblioteca. No entanto, essa exibição não seria mais “descuidada”: os cartazes que a promoviam pela cidade foram retirados. Além disso, foi acordado que seriam criadas, concomitantemente ao evento, mesas de debates entre alguns historiadores sobre o período da guerra. Por fim, a exposição conteria textos explicativos, escritos – como já dissemos – por Jean Pierre Azéma⁴, a fim de marcar a posição colaboracionista do fotógrafo⁵.

Toda a polêmica em torno de *Les Parisiens sous l'Occupation* é um claro reflexo de uma “neurose social” francesa. Um tabu que parece estar longe de ser superado. Mesmo após mais de seis décadas do ocorrido, percebe-se que nesses meses de 2008 foi exposta uma ferida que ainda causa constrangimento. É certo que as imagens foram montadas a fins de propaganda em nome de Vichy e da Alemanha nazista, como ressaltaram as matérias. Mas a reação contrária a essa exposição, a forte necessidade de marcar que ela não representava a França é um sintoma igualmente revelador e que deve ser analisado.

Afinal, torna-se cada vez mais difícil negar que diferentes grupos sociais e indivíduos reagiram de maneiras distintas à derrota. A realidade social de 1940-1944 foi muito complexa,

² Do original: *Comment croire qu'en 1941, la capitale occupée d'un pays vaincu pouvait avoir un tel air de vacances?* www.lemonde.fr/le-monde-2/article/2008/03/14/andrezucca_1022802_1004868.html

³ Periódico bimestral que circulava por todos os países ocupados pela Alemanha. Após a guerra, Zucca foi julgado pelo colaboracionismo, mas conseguiu escapar da condenação à morte.

⁴ Vale lembrar que Azéma é um historiador cujos estudos giram em torno da Segunda Guerra Mundial, especialmente sobre a questão de Vichy e da Resistência. Além disso, é engajado nos debates contemporâneos que envolvem a história. Ele é um dos signatários da petição *Liberté pour l'histoire*, presidida por Pierre Nora, que defende a liberdade dos historiadores frente às chamadas “leis memoriais”, que poderiam tornar intelectuais passíveis de processos judiciais por conta de textos revisionistas sobre temas-tabus. Retomaremos essa questão mais tarde.

⁵ www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as_fotos_polemicas_de_paris_ocupada

extremamente mais dinâmica do que a sempre lembrada polaridade entre colaboracionistas *versus* resistentes. Havia uma infinidade de comportamentos que, se defrontados com esse padrão explicativo, não se enquadrariam bem em nenhum dos casos. É como nos diz Alan Riding:

[...] a vida durante a ocupação não era uma fotografia estática, mas um drama em constante desenvolvimento, um cenário fervilhante em que lealdade e traição, comida e fome, amor e morte podiam coexistir, e onde mesmo as fronteiras que separavam bons e maus, resistentes e colaboracionistas, pareciam mudar de lugar com o desenrolar dos acontecimentos (RIDING, 2012:12).

Para dar sustentação ao seu argumento, Riding debruça-se sobre a vida parisiense durante a Ocupação. A cidade viveu, naquele momento, um período de forte ebulição cultural. Apesar de algumas figuras importantes terem-na deixado após a derrota, nota-se que pintores, escritores e artistas viviam – e boa parte deles, muito bem – e transitavam em teatros, cafés e cabarés pela capital. O autor relata que, em 1941, muitos pareciam, inclusive, ter se “acomodado” à Ocupação (RIDING, 2012:115).

De fato, havia trabalho para os artistas – exceto os judeus. Os pintores famosos vendiam bem os seus quadros⁶. A vida noturna, que continuava por conta não apenas dos parisienses que não abandonaram suas casas, mas de todo o grupo de alemães que buscava diversão em seus períodos de descanso, era a garantia de emprego daqueles que faziam parte do cenário cultural da cidade.

Fica claro, então, que as escolhas e os dilemas dos indivíduos que viviam aquela situação eram muito variadas; não existiam somente duas atitudes possíveis – colaborar ou resistir. Mesmo aqueles que eram colaboradores ou resistentes podiam transitar pela camada que Pierre Laborie – tomando emprestado uma noção de Primo Levi – chama de “zona cinzenta”: os espaços nos quais, na medida do possível, muitas pessoas buscaram simplesmente dar seguimento às suas vidas, à parte das demandas por um posicionamento político claro pró ou contra Vichy, pró ou contra a Resistência (LABORIE, 2003).

⁶ Há no livro de Riding relatos de “mecenas” dos pintores que tiraram proveito da situação econômica da França para comprar quadros a preços irrisórios. Ainda assim, para muitos do mundo das artes foi um período profícuo.

Um exemplo de que “resistentes” e “colaboradores” não são um núcleo duro é o do relacionamento entre os escritores Ramon Fernandez e Marguerite Duras, que residiam no mesmo prédio. Ele, que promovia reuniões fascistas em sua casa regularmente, nunca relatou aos seus pares o que ocorria no apartamento dela, logo abaixo do seu: encontros da resistência. Ambos chegaram, inclusive, a dividir os serviços de uma faxineira durante algum tempo (RIDING, 2012:266). Ora, Fernandez seria, então, um colaboracionista-resistente, por acobertar os encontros dos resistentes? E Duras, uma resistente-colaboracionista, por tomar uma atitude inversamente proporcional? São experiências como esta que mostram como urge a adoção dessas novas abordagens que vêm sendo adotadas por muitos historiadores que estudam os anos de 1940-44 na França. Faz-se necessário relativizar cada vez mais a memória hegemônica da Resistência que se construiu posteriormente, bem como analisar com cuidado o que foi a “Resistência”.

O dever de memória na França

Ao observarmos o caso da construção da memória da Resistência Francesa, percebemos claramente os problemas enfrentados pelos historiadores nessa dinâmica entre memória e história, bem como em relação à tríade lembrança, esquecimento e silêncio. A polêmica exposição de Zucca, como já dissemos, é um reflexo de que, apesar de existirem há décadas trabalhos de história que buscam analisar a dinâmica dos anos 1940-44 a partir de sua complexidade, tais esforços ainda permanecem sendo defrontados com a questão da memória coletiva que parece engajada em continuar silenciando essas questões⁷, reduzindo-as a uma situação política puramente bipolar: ou se resistia ou se colaborava.

Podemos dizer que a França, assim como outros países europeus, passou pelo que Hans Ulrich Gumbrecht classificou como o “clima de latência” do pós-guerra. O nível de destruições promovido ao longo do conflito mundial parecia irreversível de tal forma que, durante algum tempo, pareceu “paralisar” a ação humana. Muitas pessoas viviam em meio aos escombros como se eles não existissem. Se havia necessidade de seguir em frente, mover a

⁷ É claro que com menor força do que no período que vai até a década de 1970.

vida, por outro lado, não se conseguia lidar com os horrores vivenciados no conflito. Era uma falsa sensação de superação. Mas o problema do latente é que em algum momento ele se manifesta. As ruínas não desaparecem sozinhas; os homens, necessariamente, devem removê-las para reconstruir as cidades. Lembrar a guerra seria um esforço doloroso, porém, extremamente necessário.

O reflexo dessa latência na França foi o enquadramento da memória do país na guerra. Certos eventos foram tão traumáticos para a sociedade francesa que acabaram recalçados durante muito tempo. Criou-se, principalmente em função da ascensão de De Gaulle⁸ no cenário político pós-guerra, um mito em relação à experiência francesa no conflito que, por mais que tenha sido contestado desde o início, permaneceu inabalável durante muito tempo.

Tal mito dizia respeito àqueles que pareciam ter levado até as últimas consequências os ensinamentos que eram comemorados no dia 14 de julho. Esses, os resistentes, passaram a representar, na memória coletiva enquadrada, não apenas uma parcela da sociedade, mas o *todo nacional*. A culpa pela *Shoah* teria sido toda dos alemães; os franceses não compactuariam com tamanha barbárie (ROUSSO, 1990:17-18). O mito “limpava a consciência” dos franceses. Durante cerca de 30 anos, permaneceu oficial essa lembrança comemorativa, que esquecia deliberadamente de Vichy (LABORIE, 2009:91) e de todos os meandros do cotidiano de um país dividido e ocupado.

Esse parecia ser o *dever de memória* por parte do Estado francês desde o período gaullista. Essa expressão, aliás, é um elemento-chave na compreensão de como se sustentou o mito da Resistência ao longo dos anos. Cunhada ao longo dos anos 1990 liga-se à noção de que Estado e sociedade civil possuem obrigações a cumprir em relação a certas comunidades protagonistas de uma memória de opressão e sofrimento (HEYMANN, 2006). A noção teria origem na consolidação, a partir da década de 1970, de um discurso memorial ligado aos franceses que sofreram com a *Shoah*. Se é certo que os horrores dos campos de concentração foram conhecidos desde a década de 1940, somente passados trinta anos a memória do

⁸ General nas duas grandes guerras e consagrado como um dos grandes líderes da Resistência Francesa.

genocídio judeu ganhou visibilidade. Passou-se de um período em que se tinha o direito ao esquecimento para outro, no qual reinava o dever de memória⁹.

A nova geração de judeus franceses passava por um processo de “rejudaização” (HEYMANN, 2006), no qual era fundamental promover a revisão da lembrança sobre o genocídio. As vítimas precisavam ser nomeadas. A justiça devia ser feita. A negação do evento, execrada. O papel do governo colaboracionista de Vichy para a concretização dos horrores da guerra, finalmente ressaltado. Naquele momento, a memória transforma-se em algo inestimável, a ponto de tornar-se uma obsessão entre esses grupos de portadores das vozes das vítimas. Esquecer era inaceitável a partir de então. E lembrar era um esforço controlado. Por isso, aumentou o conflito entre grupos de vítimas e historiadores, que pareciam insistir em contar histórias que não davam suporte a seus esforços de preservação da verdade de quem “esteve lá”.

Nessa supervalorização da memória, a figura dos historiadores passou por importantes transformações. Eles começaram a ser chamados para participar de processos contra colaboracionistas e criminosos de guerra nazistas. O seu aval “científico” começou a parecer elemento de grande importância para a acusação ou absolvição dessas pessoas. O processo Papon¹⁰, o mais emblemático nesse sentido, iniciou os debates sobre a validade dessa função do historiador no aparelho judiciário. Alguns responderam ao chamado para depor. Outros, como Henry Rousso, preferiram recusar o papel que lhes foi oferecido, e foram duramente criticados por isso¹¹. O papel do intelectual, então, era ou não o de participar de debates públicos? Até onde a acusação de uma pessoa faria parte de tais debates?

A discussão foi intensa, especialmente após o Estado francês, no processo de gestão de passados sensíveis, ter criado as chamadas “leis memoriais”. Em 2001 (29 de janeiro) foi

⁹ Pollack, por exemplo, defende que o longo silêncio dos sobreviventes da *Shoah* deveu-se a uma tentativa dos egressos dos campos de reintegrar-se socialmente. Eles não podiam, naquele momento, provocar o sentimento de culpa daqueles que assistiram passivos ao transporte deles para os campos. Há também aqueles não-judeus que se silenciaram porque sua ida ao campo era devido a uma situação identitária que permanecia, após a guerra, sendo condenável socialmente: é o caso das prostitutas (POLLAK, 1989).

¹⁰ O processo de Maurice Papon foi o mais longo da história da França. Apesar de ter atuado no governo de Vichy, foi membro importante do de De Gaulle após a guerra. Participou do comando da polícia da prefeitura de Paris. No processo, foi apontado como peça atuante da *Shoah* e responsável por alguns crimes ao longo da Guerra da Argélia.

¹¹ A crítica se abateu sobre Rousso porque ele se recusou a participar da acusação a Papon, porém fez parte de uma mesa redonda na qual o papel dos então intocáveis resistentes, Lucie e Raymond Aubrac, foi debatido. Aos olhos dos “guardiões da memória” da Resistência, Rousso, com isso, tomou posição, uma vez que deixou de acusar um colaboracionista e ousou relativizar o papel de resistentes.

criada a lei na qual a França reconhecia publicamente o genocídio armênio de 1915; em 21 de maio, o país reconheceu através de outra lei o tráfico de escravos e a escravidão como crimes contra a humanidade; e, finalmente, em 2005, a lei que procurava garantir o reconhecimento aos repatriados após as guerras de independência e, indo mais além, determinava que os programas escolares deveriam reconhecer a positividade da presença francesa em suas colônias além-mar, em especial no norte da África. Esta última teve reação imediata. Obviamente, as ex-colônias e comunidades residentes na França originárias delas pressionaram pelo fim da lei. Alguns historiadores entraram no debate ao lado desses grupos, e o artigo referente aos programas escolares foi suprimido (HEYMANN, 2006:8).

Essas leis geraram reações antagônicas dos historiadores, refletidas na criação de dois grupos distintos. O *Liberdade para a História*, petição assinada por dezenove historiadores franceses¹², alegava que a história, apesar de contar com a memória, não pode ser confundida com ela, e pedia a anulação das três leis, alegando que elas restringiam a liberdade da pesquisa histórica¹³. O passado, para esse grupo, não pode ser judicializado.

Do outro lado, criou-se o *Comitê de vigilância face aos usos públicos da história*, sob o comando de Gerard Noiriel. O grupo era favorável à revogação da lei de 2005, mas defendia as outras duas, por acreditar que a denúncia dos crimes do passado era garantia do avanço das lutas das populações em questão. Percebe-se, aqui, uma postura intimamente ligada ao dever de memória. Esse grupo proferiu diversas críticas ao *Liberdade para a História*, reacendendo o velho debate sobre o papel do intelectual, uma vez que denunciaram o enclausuramento do grupo em “torres de marfim” e a tentativa de monopolizar o passado. A discussão tinha como pano de fundo a questão do historiador, em seu exercício, ter ou não contas a prestar com as vítimas e seus descendentes.

Tal panorama aqui exposto, no qual se passou do silêncio ao grito incessante das comunidades de vítimas da *Shoah* na França, claramente influenciou os debates historiográficos sobre o tema desde o fim da guerra. Apesar do inegável avanço do

¹² Jean-Pierre Azéma, Elisabeth Badinter, Jean-Jacques Becker, Françoise Chandernagor, Alain Decaux, Marc Ferro, Jacques Julliard, Jean Leclant, Pierre Milza, Pierre Nora, Mona Ozouf, Jean-Claude Perrot, Antoine Prost, René Rémond, Maurice Vaïsse, Jean-Pierre Vernant, Paul Veyne, Michel Winock e Pierre Vidal-Naquet.

¹³ Outro motivo da criação do grupo foi o protesto em relação ao processo sofrido pelo historiador Pêtré-Grenouilleau, que estava sendo processado por conta da publicação de um livro no qual afirmava que a escravidão não tinha caráter genocidário, já que não era interessante para o traficante que o escravo, enquanto mercadoria, fosse exterminado.

conhecimento histórico sobre a França ao longo do conflito, ainda parece imperar a noção de que os historiadores são, ou representantes dos heróis, ou dos vilões daquele período. Henry Rousso denunciou os grilhões dessa visão, ao dizer que “o esquecimento total e a lembrança constante são parte de uma mesma peça mortuária que nos impede de viver e pensar”. Superar esse quadro é o desafio, e há um claro movimento nesse sentido.

Porque depois dos estudos sobre Vichy de Robert Paxton (1997), iniciou-se o esforço para superar a visão de uma França única ao longo da guerra. Nas últimas décadas, especialmente, o argumento ganhou força e conseguiu consolidar-se entre alguns historiadores. As evidências de que o mito da Resistência havia sido “inventado” por De Gaulle e os franceses (ROLLEMBERG, 2007) não podiam mais ser negadas. Ainda que os abusos de memória (TODOROV, 2000) permaneçam ativos, vigilantes contra esses historiadores, as ambivalências dos franceses entre 1940-44 começam a emergir e garantir espaço no debate público. A política da “justa memória”, defendida por Paul Ricoeur (2008), vem gradualmente buscando afirmação na historiografia e na sociedade francesas.

Percebe-se, com clareza, que os valores de Vichy são anteriores à invasão alemã (ROLLEMBERG, 2007:54). O problema do país pode ser analisado a partir de uma visão interna. Afinal, trinta e quatro governos entre novembro de 1918 e junho de 1940 são sintoma de uma grave crise política, que poderia muito bem desembocar na aceitação do radicalismo de direita promovido por Pétain após a derrota. Antes de 1940, a França era “uma nação em guerra consigo mesma” (RIDING, 2012:27).

E, ao passo que a colaboração não pôde mais ser negada – o periódico *Signal*, produzido pelos alemães com fins propagandísticos para circular nos países ocupados, vendia uma média de 700 mil exemplares por edição apenas na França –, a Resistência também começou a ser revista. A resistência cultural, tão valorizada, deve ser relativizada, uma vez que, como já dissemos, houve grande produção artística e intelectual ao longo dos anos da Ocupação. Além disso, os críticos ao regime de Vichy não tinham todo o alcance e a importância que posteriormente se atribuiu a eles. Some-se a isso a “zona cinzenta”: aqueles que circularam afastados de questões colaboracionistas ou resistentes, não podendo ser classificados como tais.

Quanto às virtudes da Resistência, inicia-se um movimento de apresentar os seus reais impactos. Inicialmente, discutindo a ideia de que ela era um movimento unificado. Centenas de movimentos de resistência com plataformas distintas invariavelmente apresentariam planos de ação diferentes. Além disso, analisando seu alcance: quem de fato liberou o país foram os aliados; o movimento da Resistência tinha uma forte importância política – especialmente após o fim da guerra –, mas pouco impacto militar na luta contra o nazismo. Por fim, debatem-se atitudes dos resistentes que podem ser consideradas polêmicas, como o “expurgo selvagem”, momento no qual mais de 9 mil *miliciens* e colaboradores foram julgados e executados sumariamente por tribunais resistentes.

O mito vai ganhando em complexidade, no mesmo movimento em que vai perdendo sua força como exemplo de heroicidade. De Gaulle, os Aubrac, entre tantos, tem seus atos, pouco a pouco, sendo “descanonizados”. Não se trata de propagar mentiras sobre os indivíduos em questão, mas de colocar seus atos nos devidos lugares, no plano do real – no limite, o que um trabalho de história pode oferecer.

O conceito de Resistência

Essa revisão possibilitou que se delimitasse melhor o que significava resistir naquele momento. Nem todo ato de rebeldia contra o ocupante ou o apoio aos membros de um grupo resistente pode ser considerado “resistência” de fato. Houve quem afirmasse que escutar a BBC de Londres era um ato de resistência (LABORIE, 2003), ou que deixar de retornar à casa ao toque de recolher fosse apoiar o Movimento da Resistência Unificada (AZÉMA, 2003).

Fato é que para o avanço dos estudos sobre a dinâmica da França Ocupada tornou-se necessário analisar algumas atitudes com mais precaução. E o conceito de “resistência” ganhou ares de centralidade nesse esforço. Algumas análises dependem diretamente do que o autor entende por resistir. A linguagem, nesses estudos, garante o seu lugar como centro de compreensão do tempo histórico, por manifestar uma experiência temporal. Um conceito, portanto, é um fato linguístico que nos aproxima da realidade concreta. Ele é, ao mesmo

tempo, *fator* e *indicador* da realidade social. Sua utilização é necessariamente dependente do espaço de experiência de quem o utiliza e, num mesmo movimento, modifica esse espaço. Conceitos são modificados, ou mesmo criados – os neologismos – a partir de novas realidades sociais.

Reinhart Koselleck (1992, 2006) afirma que um dos cuidados que se deve tomar é que nem toda palavra é um conceito. Um conceito é uma palavra que pode ser teorizada a partir do trabalho com as fontes; e é, justamente, a demanda do conceito por uma teorização que o difere de uma palavra. Isso quer dizer que uma palavra se torna um conceito a partir do momento em que se pode conceber uma história dela. Por isso, um conceito deve ser tratado a partir de uma perspectiva diacrônica, ou seja, deve-se ter sempre em mente que ele é passível de mudança durante o tempo.

Um conceito também pode ser definido como um “coletivo singular”. Pois, a partir do momento em que uma palavra se torna conceito, este, embora empregado no singular - no caso, “resistência” – denomina experiências múltiplas.

Além disso, é importante lembrar que o surgimento de novos conceitos implica no surgimento de novas experiências. Não é possível, por exemplo, falar de constituição antes da existência do conceito de “constituição”. Entretanto, esta é uma via de mão dupla, o que quer dizer que um conceito não só molda, mas também é moldado pela realidade social. Daí sua característica de multiplicidade de sentidos pelo tempo e espaço. O conceito adquire então um caráter de flexibilidade, uma vez que pode possuir múltiplos significados e, mesmo de ambivalência, já que seus sentidos podem apontar para direções opostas.

A partir dessas reflexões, podemos afirmar que o surgimento do conceito de Resistência está diretamente associado à experiência francesa em 1940-44. Após essa experiência classificaram-se outros movimentos de resistência durante e depois da guerra. Assim como outras discussões conceituais, a reflexão sobre uma definição do que significava resistir iniciou-se anos antes de conhecer o seu *boom*. Em 1962, Henri Michel iniciaria o debate, que só ganhou fôlego a partir das décadas de 1980 e 1990 (ROLLEMBERG, 2007:3). Em seus estudos, ele ligou a ideia de resistência ao momento da França Ocupada. Se levarmos em conta a contextualização da história da Resistência feita por Jean-Pierre Azéma e François

Bédarida, fica claro que esse fôlego da preocupação em desenvolver um debate conceitual, na verdade, acompanhou o crescimento de estudos sobre o movimento¹⁴.

Percebe-se que o uso da palavra é recorrente e ainda não houve um consenso em relação à sua conceitualização. As dificuldades de teorização só aumentam, uma vez que o conceito passa a ter que abarcar cada vez mais novas experiências e contextos distintos¹⁵. Se nos debruçarmos exclusivamente sobre a experiência francesa, fica evidente que o desafio está longe de ser cumprido. Ainda assim, os esforços dos historiadores têm trazido importantes chaves interpretativas para o fenômeno.

François Bédarida foi um dos autores que investiu seus esforços nesse debate. Num primeiro momento (1986), preocupado em apresentar a dimensão política da questão, definiu “resistência” como uma ação clandestina e voluntária, em nome da liberdade da nação e da dignidade da pessoa humana, contra a ocupação de um regime fascista ou nazista ou satélite ou aliado (BÉDARIDA, 1986:80). Em seguida (1994) adicionou novos elementos, incorporando a questão da resistência civil, política, ideológica e humanitária, além da ajuda às vítimas da perseguição.

A pequena transformação do conceito foi um reflexo das mudanças que acompanhavam os avanços dos estudos sobre a guerra ao longo das décadas de 1980-90. Se na primeira definição ainda havia resquícios de memória gaullista, e aparentemente aquela resistência “oficial” era a única contemplada, no segundo momento, a carga de complexidade dos estudos recentes incidia com força. Ali, pequenos atos, desde que respeitassem os paradigmas da clandestinidade, do voluntariado e da defesa da liberdade, passavam a ser aceitos como atos de resistência. Para Bédarida e Azéma, a mudança se fez necessária por conta da mudança de foco nas pesquisas. O heroísmo dos resistentes como eixo de análise estava cedendo espaço para a ambivalência comportamental dos franceses. “Resistência” torna-se, aos poucos, um conceito “polifônico”(AZÉMA, BÉDARIDA, 1994:24).

¹⁴ Os historiadores dividiram a historização da Resistência em cinco fases: de 1944-47, o primeiro momento, onde não havia consenso sobre ela (“fachada nobre e ameaçada); de 1947-58 os “desabalos da Guerra Fria”, nos quais a disputa entre o comunismo e o gaullismo influenciavam os estudos; de 1959-69 o período de hegemonia da memória gaullista; os anos 1970, quando ocorre o “aquecimento” das memórias não-conformistas; e, finalmente, os anos 1980-90, quando se intensificam os estudos (um “arranha-céu em construção) (AZÉMA, BÉDARIDA, 1994).

¹⁵ Vale ressaltar que essa não é uma dificuldade peculiar ao termo em questão. Qualquer conceito passa por modificações em seus usos ao longo do tempo.

Na mesma edição do periódico em que Azéma e Bédarida publicam suas reflexões, Jacques Sémelin (1994) apresenta um artigo com suas reflexões sobre o tema. Ele começa por fazer uma ressalva, estreitamente ligada às reflexões da história dos conceitos: aquele que hoje é chamado “resistente” pode não tê-lo sido anteriormente. O termo, ele lembra, é cambiante ao longo do tempo histórico.

Na sua conceitualização, ele defende a adoção de comparações para encontrar o que é específico ao ato de resistir. Para isso, convoca os seguintes termos: “defesa” e “dissidência e desobediência civil”. Resistência não é defesa porque, enquanto a primeira remete a uma situação dinâmica, de adaptação ao presente do país ocupado, a segunda pressupõe uma antecipação; a defesa é preparada pelo país. E, enquanto resistir é um ato necessariamente coletivo, a dissidência ou a desobediência civil são ações individuais (SÉMELIN, 1994:53). Para o autor, resistir é servir.

Soma-se às questões da coletividade e do dinamismo a questão da ação. Resistir, para Sémelin, é atacar. Esse, aliás, parece ser um denominador comum dos usos do conceito de resistência pelos autores aqui trabalhados. A luta *voluntária* – portanto, um gesto ativo – é condição fundamental para que haja resistência.

Apesar de buscar definir o conceito, o historiador faz questão de mencionar que “resistência” é uma noção relativa, estritamente ligada ao conjunto de práticas políticas, sociais e culturais desenvolvidos por uma sociedade ocupada. Para ele, “o que chamamos de resistência é geralmente a fase avançada de uma oposição social e política que obteve sucesso em se organizar e fixar objetivos”¹⁶. Com isso, ele quer eliminar determinados atos – como aquele de escutar a BBC de Londres – da definição. Nesse sentido, ele se questiona: até onde a cumplicidade com os resistentes é resistência? Para ele, essa ação, apesar de ilegal, ligada ao coletivo, e totalmente contingente, não pode ser caracterizada como resistência¹⁷. Porém, é uma das chaves da engrenagem do movimento. Sem esse apoio, ele não funcionaria. Nesse momento, o autor ressalta a fragilidade da própria classificação. Se a resistência não pode ser ação individual – porque diluiria demais o fenômeno –, pensá-la como necessariamente

¹⁶ Do original: “*Ce qu’on appella ‘résistance’ est généralement la phase avancée d’une opposition sociale et politique qui a réussi à s’organiser et à se fixer des objectifs*” (SÉMELIN, 1994), p.57.

¹⁷ Denis Peschanski, a fim de marcar a mesma diferenciação, elabora a oposição resistência X resiliência. Atos de rejeição a Vichy que não fossem atos de resistência, seriam resiliência ou, segundo Pierre Laborie, “não-consentimento” (ROLLEMBERG, 2007:16).

coletiva o restringe demais a uma ideia de movimento organizado, deixando de fora determinadas atitudes indispensáveis mesmo a essa organização.

À parte disso, Sémelin define a resistência como um movimento conservador: ele existe para tentar recuperar o que o agressor mudou. Ao mesmo tempo, resistir está ligado à noção de rompimento, já que o ato promove a radicalização contra o ocupante, interessado na paz civil para melhor controlar o território.

Tal radicalização é atingida, segundo Pierre Laborie, através de atos de transgressão. O historiador, em seu livro *Les Français des années troubles* (2003), contribui para o debate em um capítulo específico. Nele, o historiador afirma que traduzir de forma sintética o conceito é improvável, talvez impossível. Ainda assim, um esforço necessário.

A partir da leitura de outros autores sobre a mesma questão, ele esboça a sua definição. A questão da centralidade de uma postura ativa é reforçada. Nem toda ação é resistência, mas toda resistência demanda ação. Tal ação está diretamente associada àquela característica transgressora mencionada acima. E nesse sentido, torna-se fundamental ao resistente que ele rompa com o legalismo. A partir desse momento, toma-se uma decisão que deixa claro outro ponto salientado pelo autor em sua classificação: a ideia de resistir. A partir da entrada na ilegalidade, inicia-se o processo que é sempre permeado pela ideia de que se cumprirá uma tarefa necessária. Ali, ato de resistir e ação se confundem. Finalmente, se resiste. A partir desses traços, ele esboça a sua tríade que permeia o conceito: a vontade de prejudicar um inimigo identificado (o ocupante); a consciência de resistir; o engajamento na ação a partir de práticas de transgressão.

Os autores aqui citados, portanto, apresentam visões diferenciadas mas, de certa forma, complementares. A partir de suas reflexões, é possível pensar em uma série de comportamentos ao decorrer dos anos de ocupação como atitudes de resistência. Sabe-se, então, que o resistente vai se organizar para agir contra o ocupante e seus aliados, de forma clandestina, e em nome da liberdade e da pátria.

Considerações finais

Esses esforços, no entanto, sofrem do velho problema que assombra qualquer trabalho de história: estão sempre longe se serem definitivos. Tais definições ainda podem ser questionadas se levadas às suas “fronteiras”. Na enorme complexidade de atitudes possíveis entre 1940-44, ser resistente é apenas uma delas; e, ainda assim, é possível que alguns indivíduos possam ser e não sê-lo ao mesmo tempo.

Pierre Laborie escreveu sobre a possibilidade de pensarmos na ideia de um “homem-duplo” no contexto em questão (LABORIE, 2003), o homem que deve aprender a viver a partir de duas visões, uma montada para parecer e durar, e outra que deve ser silenciada para preservar uma maneira de ser e agir. Talvez possamos ir mais além, e dizer que se constituíam, ali, homens-múltiplos, sempre contraditórios, tendo que viver sob a pressão – consciente ou não – de tomar infinitas escolhas que definirão a sua sobrevivência e a sua memória.

Lembremos mais uma vez de Marguerite Duras. Casada com um resistente comunista e ativa em ações contra o nazismo, logo resistente? Mas a aparente boa relação com o colaboracionista Fernandez? Excluiria definitivamente sua “classificação”? Ao fim e ao cabo, para os esforços da história, sua trajetória não irá mudar caso ela seja resistente ou não. Assim, fica evidente que o mote da questão não é apresentar uma resposta satisfatória para todos, mas mostrar, a partir da discussão sobre o que é resistência, o quão rica era a realidade naqueles anos. O que esses debates trazem é, aparentemente, aquilo que Pierre Nora almejava com seu *Lieux de Mémoire*: “[...] introduzir a dúvida no coração, a lâmina entre a árvore da memória e a casca da história” (NORA, 1998:10). É desconfiar de uma herança que aprisiona, porque silencia. O culto passivo dos heróis não tem mais lugar.

Através da fragilidade dessas definições, torna-se presente o que estava ausente: Vichy não era um Estado alemão, mas francês. As tensões e conflitos ocorridos ao longo dos anos de 1940-44 existiam antes da “estranha derrota”. Esse é o não-dito que os franceses devem enfrentar, além dos muros da historiografia.

O “passado que não passa” (ROUSSO, 1998) permanece, é claro. A exposição fotográfica de 2008 mostra que a expressão está longe de ser inválida. Porém, fica evidente que, nesse conflito entre memória e história, existe o esforço por parte dos historiadores não

de suplantar a memória – ambas podem e devem conviver no mesmo espaço de experiência –, mas de preservar a vocação histórica de buscar representar o mais fidedignamente possível a verdade sobre o passado. O historiador precisa lutar contra o esquecimento, por mais desejável que ele seja em certos casos. Como uma vez escreveu Fernando Catroga, ele deve “[...] atuar tanto quanto for possível, como pastor e lobo dos seus fantasmas e do ‘ser ausente’ que ele pretende fazer reviver” (CATROGA, 2001:65).

Referências Bibliográficas

Sites consultados

www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2704200804.htm (em 02 de fevereiro de 2013, às 14:00hs)

www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/04/080424_parisocupadaexpodf.shtml (em 02 de fevereiro de 2013, às 14:13hs)

www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as_fotos_polemicas_de_paris_ocupada (em 02 de fevereiro de 2013, às 14:20hs)

www.rue89.com/2008/04/18/lexposition-dandre-zucca-perpetue-la-propagande-nazie (em 02 de fevereiro de 2013, às 15:00hs)

www.lemonde.fr/le-monde-2/article/2008/03/14/andrezucca_1022802_1004868.html (em 02 de fevereiro de 2013, às 14:08hs)

Livros e artigos consultados

AZÉMA, Jean-Pierre, BÉDARIDA, François. “Historisation de la Résistance”. *Esprit*. Paris, n.198, jan,1994.

BÉDARIDA, François Bédarida. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain”. *Vingtième Siècle*, n.11, juillet-septembre, 1986.

- BORGES, Jorge Luis. “Funes, o memorioso”. In: *Ficções*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 99-108.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CRUZ, Denise Rollemberg. “Aos grandes homens a pátria reconhecida: os ‘justos’ no Panteão”. In: Ângela de Castro Gomes (org.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007
- _____. “História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. Cecília MacDowell Santos; Edson Luís de Almeida Teles; Janaína de Almeida Teles (orgs.). *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 2009).
- FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEYMANN, Luciana. “O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 27f.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.
- _____. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.º.10, 1992, p. 134-146.
- LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles – de la guerre d’Espagne à la Libération*. Paris, Seuil, 2003.
- _____. “Memória e Opinião”. In AZEVEDO, Cecília; CRUZ, Denise Rollemberg; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.91.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MITRE, Antonio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º10, p. 7-28, dez.1993.
- PAXTON, Robert. *La France de Vichy (1940-1944)*. Paris, Seuil, 1997.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989;

_____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul Ricoeur. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.

RIDING, Alan. *Paris, a festa continuou: a vida cultural durante a ocupação nazista, 1940-4*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: 1944 à nos jours*. Paris: Seuil, 1990.

SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’?”. *Esprit*. Paris, n.198, 1994.

TODOROV, Tzvedan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.